



Município do Funchal

PROCEDIMENTO PRÉ-CONTRATUAL POR CONSULTA PRÉVIA

**FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO, BARREIRAS
RODOVIÁRIAS E PLACAS TOPONÍMICAS PARA INSTALAÇÃO NO MUNICÍPIO DO
FUNCHAL**

CADERNO DE ENCARGOS



Município do Funchal

Parte I

Cláusulas Jurídicas

Cláusula 1.^a

Objeto

1 - O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar, na sequência do procedimento pré-contratual para o fornecimento de materiais de sinalização de trânsito, barreiras rodoviárias e placas toponímicas para instalação no Município do Funchal, de acordo com o presente Caderno de Encargos e anexo técnico.

2 - O objeto do contrato a celebrar está classificado com o código de Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV) **34928470-3** referente a **Sinalização** de acordo com o Regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão, de 28 de novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial da União Europeia n.º L 74, de 15 de março de 2008, que altera o Regulamento (CE) n.º 2195/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho.

Cláusula 2.^a

Contrato

1 - O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e seus anexos.

2 - O contrato integra ainda os seguintes elementos:

- a) Os suprimentos dos erros e omissões do Caderno de Encargos, identificados pelos concorrentes, desde que tais erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
- c) O presente Caderno de Encargos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3- Em caso de divergência entre os documentos referidos nas alíneas a) a e) do número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto



Município do Funchal

no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos (CCP) e aceites pelo adjudicatário, nos termos do disposto no artigo 101.º do CCP.

5 - Além dos documentos indicados no n.º 2, o adjudicatário obriga-se também a respeitar, no que lhe seja aplicável, as normas europeias e portuguesas, as especificações e homologações de organismos oficiais e fabricantes ou entidades detentoras de patentes.

Cláusula 3.ª

Prazo

O contrato terá início com a celebração do mesmo e mantém-se em vigor pelo prazo de **365 (trezentos e sessenta e cinco)** dias a contar da data da assinatura do contrato.

Cláusula 4.ª

Obrigações principais do adjudicatário

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações principais:

- a) Garantir o fornecimento de todos os materiais de acordo com as quantidades e características indicadas nos Anexos I e II do presente Caderno de Encargos;
- b) Garantir a obrigação de garantia de todos os equipamentos fornecidos;
- c) Garantir o cumprimento das especificações técnicas previstas na legislação em vigor, e respeitar os critérios de desempenho constantes da EN12899-1:2007;
- d) Assegurar que todos os materiais, quando aplicável, estejam em conformidade com as características definidas no RST - Regulamento de Sinalização do Trânsito, na sua redação atual, nomeadamente no que diz respeito às formas, cores, inscrições, símbolos, dimensões, materiais a utilizar, entre outros;
- e) Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições de fornecimento dos materiais, bem como prestar todos os esclarecimentos que se justifiquem;
- f) Comunicar à entidade adjudicante, logo que deles tenham conhecimento, os factos que tornem total ou parcialmente impossível o fornecimento dos bens, bem como o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações, nos termos do contrato celebrado;



Município do Funchal

- g) Não alterar as condições do fornecimento dos materiais definidos no presente caderno de encargos e nos seus anexos;
- h) Recorrer a todos os meios humanos, equipamentos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados ao fornecimento dos bens, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução do fornecimento a seu cargo;
- i) Responsável por todos os danos ou prejuízos causados à entidade adjudicante decorrente do fornecimento dos bens;
- j) Obrigação de possuir todos os seguros obrigatórios por lei, bem como as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato, sendo os mesmos da sua inteira responsabilidade;
- k) Obrigação de manter sigilo e garantir a confidencialidade, não divulgando quaisquer informações que obtenham no âmbito da formação e da execução do contrato, nem utilizar as mesmas para fins alheios à execução, abrangendo esta obrigação todos os seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que nelas se encontrem envolvidos.

Cláusula 5.ª

Obrigações principais do adjudicante

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para a Câmara Municipal do Funchal as seguintes obrigações principais:

- a) Obrigação de pagamento do fornecimento dos artigos de acordo com as condições acordadas;
- b) Partilha de informações e dados necessários para a adequada execução do contrato pelo adjudicatário.

Cláusula 6.ª

Conformidade e operacionalidade dos bens

- 1- O adjudicatário obriga-se a entregar ao contraente público os bens objeto do contrato de acordo com as características mencionadas e quantidades definidas nos anexos do presente Caderno de Encargos.
- 2- Os bens, objeto do contrato, devem ser entregues em perfeitas condições de ser utilizado para os fins a que se destinam.



Município do Funchal

3- É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens.

4- O adjudicatário é responsável perante o Município, por qualquer defeito ou discrepância do/s bem/s objeto do contrato que exista no momento em que os bens são entregues.

Cláusula 7.^a

Entrega dos bens objeto do contrato

1- A entrega dos materiais será efetuada de forma faseada, de acordo com o Anexo II do Caderno de Encargos, referente ao mapa de quantidades.

2- Com a entrega dos bens objeto do contrato, ocorre a transferência da posse e da propriedade daqueles para o contraente público, bem como do risco de deterioração ou perecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o adjudicatário.

3- Todas as despesas e custos com o transporte e entrega dos bens objeto do contrato são da responsabilidade do adjudicatário.

4- O adjudicatário deverá proceder à entrega de todos os artigos no Caminho do Areeiro n.º 90/92, 9000-243, São Martinho, Funchal, Madeira, Portugal.

5- Todas as despesas e custos com o transporte e entrega nas nossas instalações dos bens objeto do contrato são da responsabilidade do adjudicatário.

Cláusula 8.^a

Inspeção e testes

Efetuada a entrega dos bens objeto do contrato, a Câmara Municipal do Funchal, por si ou através de terceiro por ele designado, procede, **no prazo máximo de 10 (dez) dias**, à inspeção qualitativa e quantitativa dos mesmos de acordo com os anexos do presente caderno de encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.

Cláusula 9.^a

Inoperacionalidade, defeitos ou discrepâncias

1 - No caso de os testes previstos na cláusula anterior não comprovarem a total operacionalidade dos bens objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem defeitos ou discrepâncias com o descrito nos anexos do presente caderno de encargos, a



Município do Funchal

Câmara Municipal do Funchal deve informar, por escrito, o adjudicatário **no prazo de 10 (dez) dias**;

2 - No caso previsto no número anterior, o adjudicatário deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pela Câmara Municipal do Funchal às substituições necessárias para garantir o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.

3 - Após as substituições necessárias pelo adjudicatário, no prazo respetivo, a Câmara Municipal do Funchal procede à realização de novos testes de aceitação, nos termos da cláusula anterior.

Cláusula 10.^a

Aceitação dos bens

1 - Caso os testes a que se refere a cláusula 8.^a do presente caderno de encargos comprovem a operacionalidade efetiva dos bens objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, e neles não sejam detetados quaisquer discrepâncias com as características técnicas e quantidades dos materiais definidos nos anexos do presente caderno de encargos, deve ser emitido, **no prazo máximo de 10 (dez) dias** a contar do final dos testes, um auto de receção, assinado pelos representantes do adjudicatário e da Câmara Municipal do Funchal.

2 - Com a assinatura do auto a que se refere o número anterior, ocorre a transferência da posse e da propriedade dos bens objeto do contrato para a Câmara Municipal do Funchal, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o adjudicatário.

3 - A assinatura do auto a que se refere o n.º 1 não implica a aceitação de eventuais defeitos ou de discrepâncias dos equipamentos objeto do contrato com as exigências legais ou com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no presente caderno de encargos e respetivos anexos.

Cláusula 11.^a

Garantia

1- Nos termos do artigo 444.º do CCP, é aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas.

2- O prazo de garantia é de 2 (dois) anos a contar da data da assinatura do auto de receção dos bens objeto do contrato.



Município do Funchal

Cláusula 12.^a

Preço base

1 – O valor base total é de **€ 97.253,97 (noventa e sete mil, duzentos e cinquenta e três euros e noventa e sete cêntimos)**, ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor não podendo o concorrente apresentar uma proposta de preço superior ao valor base sob pena de ser excluído.

2 – Nos termos do artigo 47.º, n.º 3 do CCP, o preço base foi definido com base na consulta preliminar efetuada ao abrigo do n.º 1 do artigo 35.º-A.

Cláusula 13.^a

Preço contratual

1 – Pela prestação de serviços, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município deve pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

2 — O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, nomeadamente, os relativos ao transporte do bem objeto do contrato para o respetivo local de entrega, nomeadamente os seguros, fretes, taxas alfandegárias bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 14.^a

Condições de pagamento

1 – As quantias devidas pelo Município do Funchal são pagas no prazo máximo de **60 (sessenta) dias** após a receção da respetiva fatura, a qual só poderá ser emitida após o vencimento das obrigações.

2 – O preço a que se refere o n.º 1 da presente cláusula é dividido e pago do seguinte modo:

2.1.1 1.^a prestação, com a entrega de material até 120 (cento e vinte) dias após a data de assinatura de contrato de acordo com as quantidades previstas no anexo II do presente caderno de encargos: 35% do valor da proposta;

2.1.2 2.^a prestação, com a entrega de material até 240 (duzentos e quarenta) dias após a data de assinatura de contrato de acordo com as quantidades previstas no anexo II do presente caderno de encargos: 35% do valor da proposta;



Município do Funchal

2.1.3 3.^a prestação, com a entrega de material até 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias após a data de assinatura de contrato de acordo com as quantidades previstas no anexo II do presente caderno de encargos: 30% do valor da proposta;

3 - Deverá estar indicado na fatura o número de compromisso e o número da requisição, sob pena de serem devolvidas.

4 - Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

5 - Não podem ser propostos adiantamentos.

6 - Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de transferência bancária.

Cláusula 15.^a Penalidades contratuais

1 - Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, quer sob a forma de mora, não cumprimento definitivo ou cumprimento defeituoso do contrato, o Município do Funchal pode exigir ao prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

a) pelo incumprimento sob a forma de mora dos prazos da realização do fornecimento, na proporção de 5% do preço contratual, nos termos do artigo 329.º n.º 1 e 2 do CCP.

b) pelo cumprimento defeituoso dos materiais nos exatos termos, requisitos e especificações técnicas fixados no Caderno de Encargos, que não seja eliminado no prazo de 10 dias, no valor de 5% do preço contratual, de acordo com o artigo 329.º n.º 1 e 2 do CCP.

c) em caso de resolução do contrato por incumprimento definitivo do contrato imputável ao fornecedor, a entidade adjudicante, pode exigir uma pena pecuniária de 9% do preço contratual.

2 - O valor acumulado das sanções a que se refere o número anterior, não pode exceder 20% do preço contratual.

3 - Nos casos em que seja atingido o limite fixado no número anterior, e a entidade adjudicante decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, o limite é elevado para 30% do preço contratual.



Município do Funchal

4 - Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do fornecedor e as consequências do incumprimento.

5 - Para aplicação das sanções pecuniárias, o Município do Funchal deve alertar o fornecedor de que existe uma situação de incumprimento, quer sob a forma de mora, quer sob a forma de cumprimento defeituoso.

6 - No caso de cumprimento defeituoso a entidade adjudicante deve exigir ao fornecedor que, no prazo de 10 dias úteis, os defeitos sejam eliminados e a execução do contrato seja exata e pontualmente cumprida.

7 – Os atos de aplicação de multas pela entidade adjudicante são definitivos e executórios.

8 – A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias aplicadas nos termos da presente Cláusula.

9 – O valor das sanções é descontado na fatura relativa ao período em que se deu o facto que originou a sua aplicação.

10 - As penas pecuniárias previstas na presente Cláusula não obstam a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 16.^a

Força maior

1 — Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 — Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 — Não constituem força maior, designadamente:

a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em



Município do Funchal

que intervenham;

b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;

c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;

d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;

e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;

f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;

g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 — A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5 — A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento.

Cláusula 17.^a

Alterações ao contrato

1 - Qualquer alteração do contrato deve constar de documento escrito assinado por ambas as partes e produz efeitos a partir da data da respetiva assinatura.

2 - Quando devidamente fundamentado, o contrato pode ser modificado por:

a) Acordo entre as partes, que não pode revestir forma menos solene que o contrato;

b) Decisão judicial ou arbitral;

c) Razões de interesse público.

3 - O contrato pode ser modificado com os seguintes fundamentos:

a) Quando as circunstâncias em que as partes fundaram a decisão de contratar tiverem sofrido uma alteração anormal e imprevisível, desde que a exigência das obrigações por si assumidas afete gravemente os princípios da boa-fé e não esteja coberta pelos riscos próprios do contrato;

b) Por razões de interesse público decorrentes de necessidades novas ou de uma nova ponderação das circunstâncias existentes.



Município do Funchal

4 - A alteração do contrato não pode conduzir à modificação das prestações principais abrangidas pelo objeto do contrato ou aspetos essenciais do mesmo, nem constituir uma forma de impedir, restringir ou falsear a concorrência.

5 - Salvo quando a natureza duradoura do vínculo contratual e o decurso do tempo o justifiquem, a modificação só é permitida quando seja objetivamente demonstrável que a ordenação das propostas avaliadas no procedimento de formação do contrato não seria alterada se o caderno de encargos tivesse contemplado essa modificação.

Cláusula 18.^a

Resolução por parte da entidade adjudicante

1 – Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato, o Município do Funchal pode resolver o contrato com base nos artigos 325.º, 334.º e 335.º do CCP, e/ou ainda a título sancionatório, caso o prestador de serviços viole de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações a que está adstrito, conforme previsto no artigo 333.º daquele diploma.

2 – Verificando-se uma situação de incumprimento por facto imputável ao prestador de serviços, considera-se haver incumprimento definitivo quando, após advertência e aplicação de sanção, este continue a incorrer em incumprimento.

Cláusula 19.^a

Resolução por parte do Adjudicatário

1 — Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o prestador de serviços pode resolver o contrato nas situações previstas no artigo 332.º do CCP, designadamente:

- a) Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias, quando a resolução não implique grave prejuízo para a realização do interesse público subjacente à relação jurídica contratual ou, caso implique tal prejuízo, quando a manutenção do contrato ponha manifestamente em causa a viabilidade económico-financeira do prestador de serviços ou se revele excessivamente onerosa, devendo, nesse último caso, ser devidamente ponderados os interesses públicos e privados em presença;
- b) Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável ao contraente público;
- c) Incumprimento de obrigações pecuniárias pela entidade adjudicante por período superior a seis meses ou quando o montante em dívida exceda 25 % do preço contratual, excluindo juros;



Município do Funchal

d) Exercício ilícito dos poderes tipificados no capítulo sobre conformação da relação contratual pelo contraente público, quando tornem contrária à boa-fé a exigência pela parte pública da manutenção do contrato;

e) Incumprimento pela entidade adjudicante de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato.

2 – No caso plasmado na alínea c) do número anterior, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao contraente público, que produz efeitos 30 dias após a sua receção, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

3 – Nos restantes casos previstos na lei, o direito de resolução é exercido por via judicial ou mediante recurso a arbitragem.

Cláusula 20.º

Confidencialidade e proteção de dados

1 - O adjudicatário obriga-se, durante a vigência do contrato e mesmo após a sua cessação, a não ceder, revelar, utilizar ou discutir, com quaisquer terceiros, todas e quaisquer informações e ou elementos que lhe hajam sido confiados pela entidade adjudicante ou de que tenha tido conhecimento no âmbito do contrato ou por causa dele.

2 - Os dados pessoais a que o adjudicatário tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela entidade adjudicante ao abrigo do contrato serão tratados em estrita observância das regras e normas da entidade adjudicante.

3 - A adjudicatária compromete-se, designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela entidade adjudicante ao abrigo do contrato, sem que para tal tenha sido expressamente instruído, por escrito, pela entidade adjudicante.

4 - No caso em que a adjudicatária seja autorizada pela entidade adjudicante a subcontratar outras entidades para a prestação de serviços, o mesmo será o único responsável pela escolha das empresas subcontratadas, bem como por toda a atuação destas.



Município do Funchal

5 - A adjudicatária obriga-se a garantir que as empresas por este subcontratadas cumprirão o disposto na Lei da Proteção de Dados Pessoais e na demais legislação aplicável, devendo tal obrigação constar dos contratos escritos que a adjudicatária celebra com outras entidades por si subcontratadas.

6 - A adjudicatária obriga-se a cumprir rigorosamente o disposto na LPDP e demais legislação aplicável em matéria de tratamento de dados pessoais e nomeadamente a:

- a) utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela entidade adjudicante única e exclusivamente para efeitos da prestação dos serviços objeto deste contrato;
- b) observar os termos e condições constantes dos instrumentos de legalização respeitantes aos dados tratados;
- c) manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos dados pessoais;
- d) cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que a entidade adjudicante esteja vinculada, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;
- e) pôr em prática as medidas técnicas e de organização necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta da entidade adjudicante contra a respetiva destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos dados pessoais;
- f) assegurar que os seus colaboradores cumpram todas as obrigações previstas no contrato.

7 - A adjudicatária será responsável por qualquer prejuízo em que a entidade adjudicante venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte da mesma e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no contrato.

8 - Para efeitos do disposto no número anteriores da presente cláusula entende-se por “colaborador” toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços à adjudicatária, incluindo, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre a adjudicatária e o referido colaborador.

9 - A obrigação de sigilo prevista na presente cláusula mantém-se mesmo após a cessação do presente contrato, independentemente do motivo porque ocorra.



Município do Funchal

10 - A entidade adjudicante compromete-se a cumprir integralmente e sem reservas com o estipulado na Lei de Proteção de Dados.

Cláusula 21.^a Subcontratação e Cessão da posição contratual

A Subcontratação e a Cessão da posição contratual pela Adjudicatária, estão dependentes de autorização da Entidade Adjudicante, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 22.^a Gestor do Contrato

O gestor do contrato nos termos do artigo 290º-A do CCP é **Roberto Filipe Jardim Faria**, com o contacto institucional filipe.faria@funchal.pt.

Cláusula 23.^a Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 24.^a Contagem dos prazos

Os prazos durante a execução do contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e feriados.

Cláusula 25.^a Comunicações e notificações

1 – Na fase de formação de contrato todas as comunicações entre a entidade adjudicante e os operadores económicos, interessados, concorrentes e adjudicatário são efetuadas por através da plataforma eletrónica de contratação pública AcinGov, disponível em www.acingov.pt.

2 – Em sede de execução contratual, todas as comunicações entre o contraente público e o adjudicatário são efetuadas por escrito e enviadas através de correio registado para o domicílio ou sede de cada uma, identificados no contrato, por correio eletrónico ou fax.

3 – Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 26.^a Legislação aplicável



Município do Funchal

Em tudo o que for omissa no presente caderno de encargos devem aplicar-se as normas do Código dos Contratos Públicos, aprovado e publicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação e demais legislações avulsas.

Cláusula 27.^a

Anexos

Fazem parte integrante do presente caderno de encargos e para os devidos efeitos os seguintes elementos:

- Anexo I, respeitante às características técnicas dos materiais;
- Anexo II, referente ao mapa de quantidades.

Parte II

Cláusulas Técnicas

Anexo I - Características dos Materiais

1. SINALIZAÇÃO VERTICAL

Toda a sinalização a fornecer deverá possuir as características de acordo com o Regulamento de Sinalização do Trânsito (RST), na sua redação atual, assim como devem igualmente cumprir com as características definidas na Especificação Técnica AFESP ET01 V3.1 de 5 de junho de 2007.

1.1. Características físicas dos sinais verticais e painéis adicionais

- As placas devem ser fabricadas em chapa de alumínio, com a espessura mínima de 2,0 mm;
- Placas moldadas por estampagem a frio;
- Placas com aba de 25 mm com furação;
- Fixação por abraçadeiras de aba quinada em zinco com sistema anti rotação para postes de Ø50 mm, ligadas à placa por furação na aba;
- Cantos redondos;
- Lavagem e limpeza por processo mecânico ou químico para que fique isento de quaisquer matérias estranhas, produtos de corrosão, óleo ou ácidos;
- Incluir abraçadeiras, parafusos, porcas, anilhas e outros elementos necessários à sua fixação.

1.2. Acabamento

- Sinais pintados no tardo a cinzento (RAL 9018);



Município do Funchal

- Face principal integralmente refletorizada, com tela de nível II, aplicada por processo de justaposição de telas e isenta de descontinuidades.

1.3. Identificação

Os sinais devem ser univocamente identificados no tardo, referenciando nomeadamente:

- Nome ou marca do fabricante;
- Data fabrico (mm/aaaa);
- Tipo de tela de base (nível);
- Dimensão e norma seguida;
- Área total não deve exceder os 30 cm²;
- Símbolo da AFESP associado ao símbolo do fabricante;
- Etiqueta da marcação CE e data de fabrico, sob a forma de carimbo tecnicamente não removível (segundo norma EN 12899-1:2007).

1.4. Outras informações

- As telas retrorrefletoras deverão ser isentas de qualquer rugosidade, constituindo uma superfície perfeitamente lisa e contínua para evitar a fixação de poeiras, facilitar a limpeza e garantir, assim, as necessárias propriedades retrorrefletoras;
- As telas retrorrefletoras devem possuir, em marca de água, o símbolo do fabricante com a indicação do período de durabilidade;
- A classe de refletorização é do tipo *High Intensity* (HIP) nível II com garantia de 10 anos;
- Os sinais de trânsito e painéis adicionais deverão reunir todas as condições de segurança, por forma a reduzir as consequências de eventuais embates.

1.5. Dimensões

1.5.1. Sinais de trânsito

SINAL	DESIGNAÇÃO	MEDIDAS (mm)
AT1 (A23)	Trabalhos na via (amarelo)	620
AT8 (A4b)	Passagem estreita esquerda (amarelo)	620
AT9 (A4c)	Passagem estreita direita (amarelo)	620
AT14 (A22)	Semáforo (amarelo)	620
AT15 (A29)	Outros perigos (amarelo)	620
C1	Sentido proibido	620
C13 (20)	Proibição de exceder a velocidade máxima de 20 Km/h	620
C13 (30)	Proibição de exceder a velocidade máxima de 30 Km/h	620



Município do Funchal

C14a	Proibição de ultrapassar	620
C16	Paragem e estacionamento proibidos	620
C20a	Fim de todas as proibições impostas anteriormente	620
C20b (20)	Fim da limitação de velocidade	620
D1a *	Sentido obrigatório	620
G3	Zona de paragem e estacionamento proibidos	680 x 840
H1a	Estacionamento autorizado (P)	620 x 620
H1b	Estacionamento autorizado (P coberto)	620 x 620
H4	Via pública sem saída	620 x 620
H48	Lomba redutora de velocidade	620 x 620
I8	Aproximação de travessia de crianças – (sem inscrição de distância)	920 x 620
J3b (em frente) **		
J3c (esquerda) **	Indicação de âmbito urbano. Sem texto e com a seta	1500 x 320
J3d (direita) **		
O6a	Baia direcional (seta única)	620 x 620
O6b	Baia direcional (4 setas)	1600 x 400
O7a	Baliza de posição virar esquerda (vertical)	1200 x 200
O7b	Baliza de posição virar direita (vertical)	1200 x 200
ST8a	Desvio (amarelo)	900 x 330
ST8a (direita)	Desvio - Texto: desvio pedonal / <i>pedestrian detour</i>	900 x 330
ST8a (esquerda)	Desvio - Texto: desvio pedonal / <i>pedestrian detour</i>	900 x 330
ST10	Circulação alternada (amarelo)	620 x 620
ST14	Fim de obras (amarelo)	620 x 620

* - Furação deverá ser realizada para permitir a utilização como D1a, D1b ou D1c

** - Sem texto, mas com seta

1.5.2. Painéis adicionais

ADICIONAL	DESIGNAÇÃO	MEDIDAS (mm)
Mod. 3 ***	Indicador do início ou fim do local regulamentada	360 x 150
Mod. 11d	Deficientes	150 x 150
Mod. 14 ***	Informação diversa	360 x 240
Mod. 21	Indicador de lombada redutora de velocidade	600 x 200

*** - Sem texto ou seta

2. POSTES

- Postes tubulares em aço galvanizado;
- Capaz de realizar a função de suporte de sinalização vertical ou espelhos parabólicos;
- Extremidade superior tamponada e aberto na extremidade inferior, com corte em cruz para uma melhor fixação ao solo.



Município do Funchal

DIÂMETRO	ESPESSURA	ALTURA (mm)
Ø 50 mm	3 mm	3000
Ø 50 mm	3 mm	4000

3. TRIPÉ METÁLICO

- Tripé metálico em tubo galvanizado;
- Altura que permita a fixação de sinais de 620 mm e um painel adicional.



4. DISSUASORES DE ESTACIONAMENTO

4.1. Dissuasor metálico



Município do Funchal

- Dissuasor em tubo de aço laminado a quente e galvanizado;
- Resistente à corrosão;
- Diâmetro: 80 ± 5 mm;
- Altura: 1200 ± 10 mm;
- Cor: cinzento forja.



4.2. Base de dissuasor metálico para embutir no pavimento

Base para embutir no pavimento e que serve para colocar o dissuasor metálico do ponto anterior, tornando-o amovível.

- Tubo redondo em aço galvanizado;
- O tubo deve ser parcialmente fechado numa das extremidades e aberto na extremidade oposta;
- Diâmetro interior da base deve ser superior ao diâmetro exterior do dissuasor metálico, entre 5 a 20 mm, para que o dissuasor possa ser colocado no interior da base;
- Altura do tubo: 200 ± 10 mm.



4.3. Balizador cilíndrico



Município do Funchal

- Balizador cilíndrico em plástico flexível;
- Diâmetro: 190 ± 10 mm;
- Altura ≥ 750 mm;
- Uma ou mais faixas refletoras, autoadesivas;
- Cor - preto com tela refletora amarela e verde com tela refletora branca;
- Resistente à abrasão;
- Resistente aos raios U.V.;
- Resistente a condições climáticas duras;
- Alta visibilidade diurna e noturna;
- Dobra facilmente e recupera a posição original, após impacto, sem danos ou vincos;
- Dispositivo que permite fixação fácil e segura ao solo.



4.4. Dimensões

MATERIAL	DIÂMETRO (mm)	ALTURA (mm)	COR
Dissuasor metálico	$\varnothing = 80 \pm 5$	1200 ± 10	Cinzentos forja
Base dissuasor metálico	Entre 5 a 20 mm superior ao diâmetro do dissuasor	200 ± 10	-
Balizador cilíndrico	$\varnothing = 190 \pm 10$	≥ 750	Preto + refletor amarelo
Balizador cilíndrico	$\varnothing = 190 \pm 10$	≥ 750	Verde + refletor branco



Município do Funchal

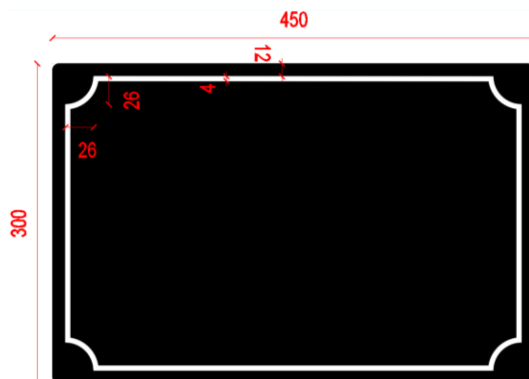
5. LOMBA REDUTORA DE VELOCIDADE

- Lombas redutoras de velocidade em borracha natural;
- Elevada resistência ao tráfego de veículos pesados;
- Elevada resistência a intensidade de tráfego;
- Resistente ao choque;
- Antiderrapante;
- Diversas faixas refletoras de cor amarela;
- Incluir furação para fixação;
- Incluir todos os acessórios necessários para a sua fixação;
- Deve poder ser utilizada em meio exterior e em pavimento betuminoso;
- Altura: 50 mm;
- Largura: 500 mm \pm 50 mm;
- Comprimento: 900 \pm 50 mm.



6. TOPONÍMIA

- Placa toponímia em alumínio lacada a preto;
- Moldura branca estilizada em vinil com 4 mm de espessura, 12 mm de afastamento dos extremos da placa;
- Sem furação;
- Sem texto ou setas;
- Comprimento: 450 \pm 10 mm;
- Largura: 300 \pm 10 mm.

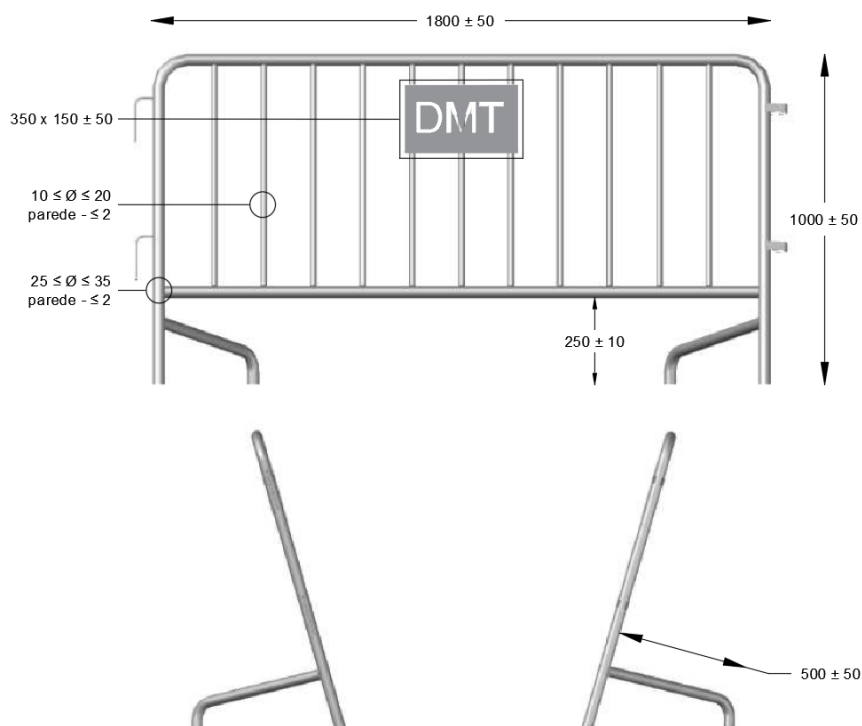




Município do Funchal

7. BARREIRAS METÁLICAS PERSONALIZADAS

- Barreira em tubo redondo galvanizado;
- Diâmetro exterior do tubo periférico entre $25 \leq \varnothing \leq 35$ mm;
- Espessura de parede do tubo periférico entre 2 a 3 mm;
- Diâmetro exterior dos tubos verticais intermédios entre $10 \leq \varnothing \leq 20$ mm;
- Espessura de parede do tubo intermédio, inferior à parede do tubo periférico;
- Dimensões da barreira = $1800 \times 1000 \pm 50$ mm;
- Dimensões da placa de identificação = $350 \times 150 \pm 50$ mm;
- Na placa de identificação deverá ser efetuado um corte com a expressão “DMT” em letra Arial;
- Encaixes para união de várias barreiras consecutivas;
- Altura entre a base do gradeamento e o pavimento = 250 ± 10 mm;
- Suporte de base através de dois pés extras, um em cada extremidade da barreira, do lado oposto à placa de identificação, com 500 ± 50 mm de comprimento, que fazem um ângulo de $45 \pm 5^\circ$ com a barreira;
- De fácil transporte e armazenamento;
- Como método de identificação extra, deve ser realizado um corte em cruz com aproximadamente 1 mm numa das pernas da barreira.





Município do Funchal

Anexo II - Mapa de Quantidades

ARTIGO	MATERIAL	DESIGNAÇÃO	MEDIDAS (MM)	1.ª ENTREGA QTD. (ATÉ 120 DIAS)	2.ª ENTREGA QTD. (ATÉ 240 DIAS)	3.ª ENTREGA QTD. (ATÉ 365 DIAS)	QTD. TOTAL
1.5.1.1	AT1 (A23)	Trabalhos na via (amarelo)	620	12	14	-	26
1.5.1.2	AT8 (A4b)	Passagem estreita esquerda (amarelo)	620	12	14	-	26
1.5.1.3	AT9 (A4c)	Passagem estreita direita (amarelo)	620	12	14	-	26
1.5.1.4	AT14 (A22)	Semáforo (amarelo)	620	12	14	-	26
1.5.1.5	AT15 (A29)	Outros perigos (amarelo)	620	12	14	-	26
1.5.1.6	C1	Sentido proibido	620	-	20	20	40
1.5.1.7	C13 (20)	Proibição de exceder a velocidade máxima de 20 Km/h	620	-	10	-	10
1.5.1.8	C13 (30)	Proibição de exceder a velocidade máxima de 30 Km/h	620	12	14	-	26
1.5.1.9	C14a	Proibição de ultrapassar	620	12	14	-	26
1.5.1.10	C16	Paragem e estacionamento proibidos	620	12	-	38	50
1.5.1.11	C20a	Fim de todas as proibições impostas anteriormente	620	12	14	-	26
1.5.1.12	C20b (20)	Fim da limitação de velocidade	620	-	8	-	8
1.5.1.13	D1a *	Sentido obrigatório	620	20	14	32	66
1.5.1.14	G3	Zona de paragem e estacionamento proibidos	680 x 840	-	4	-	4
1.5.1.15	H1a	Estacionamento autorizado (P)	620 x 620	25	75	50	150
1.5.1.16	H1b	Estacionamento autorizado (P coberto)	620 x 620	-	2	-	2
1.5.1.17	H4	Via pública sem saída	620 x 620	-	10	-	10
1.5.1.18	H48	Lomba redutora de velocidade	620 x 620	-	10	-	10
1.5.1.19	I8	Aproximação de travessia de crianças – (sem inscrição de distância)	920 x 620	-	10	-	10
1.5.1.20	J3b (em frente) **	Indicação de âmbito urbano. Sem texto e com a seta	1500 x 320	10	-	-	10
1.5.1.21	J3c (esquerda) **	Indicação de âmbito urbano. Sem texto e com a seta	1500 x 320	10	-	-	10
1.5.1.22	J3d (direita) **	Indicação de âmbito urbano. Sem texto e com a seta	1500 x 320	10	-	-	10
1.5.1.23	O6a	Baia direcional (seta única)	620 x 620	-	20	-	20
1.5.1.24	O6b	Baia direcional (4 setas)	1600 x 400	14	16	16	46
1.5.1.25	O7a	Baliza de posição virar esquerda (vertical)	1200 x 200	-	10	10	20
1.5.1.26	O7b	Baliza de posição virar direita (vertical)	1200 x 200	-	10	10	20
1.5.1.27	ST8a	Desvio (amarelo)	900 x 330	12	14	-	26
1.5.1.28	ST8a (direita)	Desvio - Texto: desvio pedonal / pedestrian detour)	900 x 330	12	14	-	26
1.5.1.29	ST8a (esquerda)	Desvio - Texto: desvio pedonal / pedestrian detour)	900 x 330	12	14	-	26
1.5.1.30	ST10	Circulação alternada (amarelo)	620 x 620	12	14	-	26
1.5.1.31	ST14	Fim de obras (amarelo)	620 x 620	12	14	-	26
1.5.2.1	Painel Adic. Mod. 3 ***	Indicador de início ou do fim do local regulamentado	360 x 150	50	50	100	200
1.5.2.2	Painel Adic. Mod. 11d	Deficientes	150 x 150	10	10	10	30
1.5.2.3	Painel Adic. Mod. 14 ***	Informação diversa	360 x 240	50	100	150	300
1.5.2.4	Painel Adic. Mod. 21	Indicador de lomba redutora de velocidade	600 x 200	20	20	20	60



Município do Funchal

2.1	Poste de aço galvanizado	Ø50 mm x 3 mm	3000	125	150	225	500
2.2	Poste de aço galvanizado	Ø50 mm x 3 mm	4000	-	-	20	20
3	Tripé	Tubo galvanizado	-	60	70	-	130
4.4.1	Dissuasor metálico	Com cabeça lisa (cinzento forja)	Ø80 ± 5; h = 1200 ± 10	100	100	150	350
4.4.2	Base dissuasor metálico	-	h = 200 ± 10	20	20	20	60
4.4.3	Balizador cilíndrico	Preto e amarelo	Ø190 ± 10; h ≥ 750	50	-	-	50
4.4.4	Balizador cilíndrico	Verde e branco	Ø190 ± 10; h ≥ 750	-	50	-	50
5	Lomba	-	h = 50	35	-	35	70
6	Toponímia ***	-	450 x 300	15	25	35	75
7	Barreira metálica (DMT)	Com expressão DMT	1800 x 1000 ± 50	60	-	-	60

* - Furação deverá ser realizada para permitir a utilização como D1a, D1b ou D1c

** - Sem texto, mas com seta

*** - Sem texto ou seta